

# Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA  
Propriedade da **AJOTA**  
**ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA**  
CNPJ: 29.464.235/0001-16  
**ISSN 22386467**

**REDAÇÃO**  
DIREÇÃO DE JORNALISMO  
**Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)**

**CONTATO**  
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos  
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**  
**(65) 3326-4724** 

**www.diariodaserra.com.br**  
**www.ds.jor.br**



**DEPARTAMENTO COMERCIAL**  
PUBLICIDADE ASSINATURA  
PUBLICIDADE LEGAL  
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA  
**SERVIÇOS GRÁFICOS**  
E. Tormes e Cia. LTDA  
CNPJ: 14.048.123/0001-07  
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br  
Fone: (65) 3326-4724

**ENDEREÇO:** Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque  
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT  
Fundado em 11 de novembro de 1996  
Edição online desde 06 de setembro de 1997

**TIRAGEM:**1 MIL EXEMPLARES  
**CIRCULAÇÃO:** Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

**CENTRAL DO ASSINANTE:**   /jornalds  
**(65) 3326-4724** 

## CURTAS//

### NOVA COBRANÇA

Desde segunda-feira, 5, quem trafega com caminhão pela BR-163, em Mato Grosso, vai precisar ficar mais atento. A concessionária Nova Rota do Oeste começou a cobrar pedágio de todos os eixos dos veículos de carga, inclusive os que estiverem suspensos, caso o caminhão esteja com Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) em aberto.

### CONTRA FRAUDES

A medida foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e tem como objetivo coibir fraudes na cobrança, como a alegação de que o veículo está vazio quando, na realidade, está transportando carga. A verificação será feita de forma automática, por meio de câmeras que leem as placas dos veículos e cruzam as informações.

### ENCERREM O MDF-E

A base de dados será do Operador Nacional dos Estados (ONE). Apesar da tecnologia envolvida, também será feita uma checagem visual. Se for constatado que o veículo está realmente vazio, a isenção para eixos que não tocam o solo continuará válida. A recomendação é que os responsáveis pelas cargas encerrem o MDF-e assim que a entrega for concluída, para evitar cobranças.

### ARTIGO//

### 16.886 quilômetros

16.886 quilômetros, essa é a distância entre a nascente do Rio Ailã no estado de Roraima até o Arroio Chuí no Rio Grande do Sul, e correspondem à área de fronteira do Brasil. Ao todo, essa faixa, que pode chegar a até 150 km, separa o Brasil de nada mais nada menos do que 10 países passando pela Argentina até o Suriname. São morros, rios, lagos e até mesmo cidades que segregam a lei, o patrimônio e os cidadãos brasileiros. São 3 arcos, o norte que engloba os estados do Amapá, Pará, Amazonas e Acre; o central composto por Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e por último o arco sul com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que juntos somam 588 municípios do Brasil. Criada em 1979, a faixa de fronteira passou por correções legislativas na Constituição Federal de 1988, 2015 e 2019, sendo a mais importante delas trazida pela Lei 13.718 de 2015. De autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, a lei de 2015 trata da regularização fundiária das terras na faixa de fronteira, e dá um prazo de 10 anos para a regularização, prazo esse que em 2019 seria prorrogado até outubro de 2015.

Essa regularização é fundamental para o país, e para os brasileiros, afinal traz segurança jurídica para o campo e para a cidade, já que grande parte dos problemas ligados à segurança pública do Brasil passam pela fronteira. Como não falar aqui do tráfico de drogas e de armas, do garimpo ilegal e do trânsito de mercadorias vindas da China? Por isso é fundamental a regularização, dar direitos e obrigações para a população dessas regiões e dividir as responsabilidades. E é claro que em quase 17 mil quilômetros de distância tem muita coisa errada, mas também tem muita coisa que serve de modelo para o país. Olhem o exemplo de Vila Bela da Santíssima Trindade. Criada pelos portugueses em 1752, o objetivo inicial era o de não perder o território para os espanhóis, e ali nascia a 1ª capital da Capitania de Mato Grosso. Hoje, passados 273 anos, Vila Bela vive da pecuária de corte e leite, e tem um futuro enorme na produção de grãos graças a suas terras extremamente férteis. Prover a regularização fundiária é dever do Estado brasileiro, ainda mais em uma região onde a grande maioria das terras pertenciam ao estado, e em alguns casos, a origem dessa titulação remete às capitânicas hereditárias. Através da regularização, o governo federal juntamente com os estados poderá otimizar políticas

públicas que garantam o bem estar da população como saúde, educação e segurança pública, por que não dizer segurança nacional. São milhares e milhares de famílias que vivem reféns do medo e da ameaça do tráfico. Mas também são milhões e milhões de hectares de terras que poderiam estar produzindo, gerando renda e ainda garantindo a ocupação do território e promovendo a segurança. Mas é preciso intensificar as ações. A Lei 13.718 de 2015 foi prorrogada em 2019, e o prazo vence em outubro de 2025. Por que prorrogar o prazo de adequação em uma reunião do Brasil onde a ocupação se deu a mais de 200 anos? Seria desinteresse da população fronteiriça ou falta de vontade do governo? Hoje a tecnologia disponível é uma aliada para a ratificação das terras de fronteira. Os cartórios são informatizados e até interligados. Mas e a base cartográfica? Se hoje alguns serviços públicos ainda deixam a desejar, imaginem naquela época onde todos eram amigos do rei. Temos que ratificar os proprietários da fronteira, e certamente a culpa não é de quem está lá cuidando das divisas do Brasil com enxadas, e sonhando todos os dias com dias melhores.

**Luciano Vacari é gestor de agronegócios e CEO da NeoAgro Consultoria.**

## NO PRÓXIMO SÁBADO ACONTECE A 4ª EDIÇÃO DA TRADICIONAL FEIRA DE FLORES

No próximo sábado, 10, acontecerá a 4ª edição da tradicional Feira de Flores Natural do Campo. O evento será realizado das 8h às 18h, no estacionamento do Sicredi, na Agência Centro, O evento já se tornou referência no município, especialmente por acontecer às vésperas do Dia das Mães.

De acordo com Iana, supervisora de cadeia do Senar-MT, a feira se consolidou como a principal vitrine e fonte de renda para 30 famílias que atuam na cadeia da floricultura com o apoio técnico da de Assistência Técnica e Gerencial, “Mais do que um evento, essa feira representa a principal fonte de renda para essas propriedades. Com dedicação e assistência, transformaram a floricultura em um negócio sustentável e promissor”, explica.

A comercialização de flores se intensifica em datas comemorativas como o Dia das Mães, e a feira reforça esse momento, conectando a comunidade urbana com o trabalho do campo. A iniciativa também movimenta a economia local e valoriza o protagonismo do produtor rural.

FOTO: DIVULGAÇÃO



A população é convidada a prestigiar a feira e escolher flores cultivadas com carinho por quem vive da terra, tornando a data ainda mais especial com um gesto de afeto e valorização local, “Convidamos toda a população de Tangará da Serra para prestigiar a feira, conhecer o trabalho dos nossos produtores e presentear com flores cultivadas com carinho e dedicação”, convida Iana.

O evento é organizado pelo Senar Mato Grosso, por meio da Equipe de Assistência Técnica e Gerencial, em parceria com o Sindicato Rural de Tangará da Serra, a Prefeitura Municipal e o Sicredi.

## Reduzir abstenções

Eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), o desembargador Marcos Machado acredita que um dos maiores desafios que irá enfrentar é a abstenção dos eleitores do estado. No comando da Justiça Eleitoral mato-grossense, Machado será o responsável pelas Eleições Gerais de 2026, quando os cidadãos irão às urnas para elegerem governador, deputados estaduais e federais, senadores e presidente da República.